



NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A

CNPJ 42.736.102/0001-10

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com a criação da Empresa Pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, em 30 de junho de 2021, o modelo de controle do espaço aéreo brasileiro assumiu novo formato, e ampliou a atuação do Estado em uma das suas prerrogativas constitucionais, pois que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea e aerospacial. Passados os primeiros seis meses de criação da Empresa, continuaram, em 2022, os esforços das áreas administrativas e de serviços para que a conformidade aos padrões regulatórios internacionais fosse mantida, e que a qualidade e segurança dos serviços prestados à população permanecessem nos patamares requeridos. A consolidação da estrutura administrativa avançou rumo à autonomia dos processos, bem como ampliou-se o número de contratos novos, que têm gerado a independência da Empresa em relação às sub-rogações contratuais necessárias por ocasião da cisão. Desde a Administração Central até as mais distantes DNB, foram estendidas as ações necessárias ao bom funcionamento administrativo, sempre com vistas ao pleno apoio aos profissionais engajados na atividade-fim. A operação não sofreu qualquer quebra de continuidade, e a transição para a nova Empresa foi cuidadosamente realizada e monitorada por esse Conselho, a fim de que os serviços mantivessem a excelência necessária. Novos equipamentos e sistemas foram dimensionados para ampliar ainda mais a já reconhecida capacidade da Empresa na prestação dos Serviços de Navegação Aérea. Diante dos resultados alcançados, o Conselho de Administração permaneceu atento, e atuou com sinergia junto à Diretoria Executiva, bem como com absoluta sintonia com os demais órgãos de governança corporativa, contribuindo para que as decisões fossem tomadas a tempo e a hora, garantindo o cumprimento das exigências normativas e legais. Findo esse primeiro exercício completo de 2022, pode-se afirmar que a NAV Brasil decola rumo a um futuro de realizações, e com plena capacidade de manter-se na vanguarda das inovações do setor, ao efetivar os investimentos de implantação dos mais modernos sistemas de controle do espaço aéreo. Por fim, podemos afirmar que, como integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, SISCEAB, a NAV Brasil cumpre sua missão ao "Prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança, visando ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade." HIRAN WILLIAMS DE ALMEIDA - Presidente do Conselho de Administração.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA NAV BRASIL

Como poder-se-á identificar nos dados que apresentaremos a seguir, apesar do considerável desafio de desenvolver ações voltadas para o incremento da capacidade operacional da Empresa na execução de sua atividade-fim, enquanto ainda se fazia necessário estruturá-la, posto que tão recentemente constituída, conseguimos alcançar resultados significativos, no ano de 2022. Acrescente-se que esse desafio era ainda potencializado pelo reduzido efetivo administrativo para fazer frente a tão desproporcional demanda. Uma condição já prevista e, de certa forma, mitigada pela previsão legal da provisão de apoio administrativo pela Infraero, mediante contrato (art. 19 da Lei nº. 13.903), mas que, por mais compreensível que pudesse ser, frustrava nossas ambiciosas expectativas por ações em prol das tão necessárias recuperação e modernização de instalações e sistemas. Assim, expresso, aqui, o nosso reconhecimento pelo excepcional trabalho desenvolvido pela laboriosa equipe que compõe esta administração. Profissionais que, com inquestionável esforço e competência, souberam gerenciar, com maestria, os encargos de rotina de suas áreas e as necessidades de estruturação organizacional, dedicando-se, ainda, ao aperfeiçoamento de processos e a ações voltadas ao investimento no desenvolvimento da NAV Brasil. Cumpre ressaltar, também, o excepcional desempenho do Conselho de Administração, que, estabelecido quando do nascimento da companhia, incorporou um diferenciado "sentimento de pertencimento" e, fazendo uso de distintas expertises que, oportunamente, se complementavam, produziu decisões estratégicas sensatas e proativas, sempre rigidamente baseadas na ética e na lei. Uma atuação extremamente profissional, em um ambiente de cortesia e camaradagem, que muito contribuiu para estimular o vultoso esforço desenvolvido por toda a administração, em prol dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios e Planejamento Estratégico. Neste mister, é preciso afirmar que conseguimos alcançar, com sucesso, o primeiro Objetivo Estratégico estabelecido para 2022 – a "Constituição da Empresa" –, que, no documento de 2023, já pôde ser ajustado para "Adequação da Estrutura Organizacional", melhor expressando a realidade. Nosso segundo Objetivo Estratégico, a "Perenidade da Condição de Empresa Pública Não Dependente" foi, da mesma forma, atingido com êxito, muito embora tratando-se de um "Objetivo Permanente" da Administração, e que, portanto, deverá se fazer perene em todos os planejamentos. Por fim, o "Incremento da Capacidade Operacional", nosso terceiro e não menos importante Objetivo Estratégico, apesar das muitas ações já desenvolvidas e que serão mais detalhadamente descritas por cada Diretoria no item 4. "Principais Fatos Administrativos", seus mais efetivos resultados somente se tornarão evidentes com o passar do tempo. No entanto, tenho certeza de que, com a administração estruturada e grande parte das demandas iniciais decorrentes do processo de cisão devidamente atendidas, passamos a produzir em ritmo cada vez mais intenso. São exemplos disso, os contratos já firmados na área de suporte logístico de equipamentos e sistemas e para a armazenagem e gestão de suprimento técnico; as obras de recuperação em vias de se iniciar em diversas DNBs; o retorno da participação de nossos profissionais em treinamentos e cursos de aperfeiçoamento; a adequação das instalações da Administração Central, já em execução; a aquisição de novos equipamentos e sistemas dedicados ao controle de tráfego aéreo (VHF e gravadores); a aquisição de mobiliário, computadores e aparelhos condicionadores de ar para a melhoria das condições de trabalho em diversas DNBs; e tantas outras iniciativas que nos permitem a convicção de que, com o espírito de corpo, o profissionalismo e a dedicação que a equipe vem demonstrando, estamos, de fato, construindo a empresa que todos sonhamos e que a sociedade brasileira merece. JOSE POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO - Presidente da NAV Brasil.

1.1 A EMPRESA, A VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A teve sua criação autorizada pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, e efetivada através do Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020. Posteriormente, em 30 de junho de 2021, uma Assembleia Geral de Constituição aprovou, dentre outros assuntos, o Capital Social, o Estatuto Social e a constituição da empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, e dedicada à provisão de Serviços de Navegação Aérea, desenvolvendo atividades complementares à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional.

A NAV Brasil tem por objeto social implementar, administrar, operar e explorar, industrial e comercialmente, a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de Serviços de Navegação Aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica – Autoridade Aeronáutica, conforme estabelecem a Constituição Federal, Art. 21, XII, "c"; a Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, em seus Art. 2º e 25, §1º; a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, em seu Art. 18, Parágrafo Único, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em seu Art. 8º, §6º.

1.2. ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA

A NAV Brasil, além da Assembleia Geral, é constituída pelos seguintes órgãos estatutários: I. Conselho de Administração; II. Diretoria Executiva; III. Conselho Fiscal; IV. Comitê de Auditoria; e V. Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.



Órgãos Estatutários

A Empresa é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e por seu Estatuto Social. Ao Conselho de Administração, "compete fixar a orientação geral dos negócios da NAV Brasil" sendo composto por 8 membros, sendo 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos; 02 (dois) indicados pelo Comandante da Aeronáutica; o Presidente da NAV Brasil; 02 (dois) independentes, indicados pelo Comandante da Aeronáutica; e 01 (um) representante dos empregados da NAV Brasil, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da NAV Brasil, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Presidente da Empresa e 2 (dois) Diretores Executivos: o Diretor de Serviços e o Diretor de Administração.

2. NEGÓCIOS SOCIAIS

Com vistas ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade, a NAV Brasil atua na prestação de Serviços de Navegação Aérea aos usuários do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), dentre os quais, destacam-se: • Serviços de Meteorologia Aeronáutica (MET), providos por meio de: • 44 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) – responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de superfície nos aeródromos onde estão localizadas; • 4 Estações Meteorológicas de Altitude (EMA) – responsáveis por elaborar e divulgar observações meteorológicas de camadas superiores da atmosfera; • 1 Centro Meteorológico de Aeródromo Classe 1 (CMA-1) – responsável por elaborar e difundir previsões meteorológicas dos aeródromos sob a sua responsabilidade. • Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas (COM) abrangem toda a infraestrutura de telecomunicações afeta ao controle do espaço aéreo e opera por complexos sistemas e equipamentos (rádios, redes de computadores, satélites, linhas de fibra óptica etc.); • Serviço de Informações Aeronáuticas (AIS), prestados por: • 1 Centro de Informações Aeronáuticas (CAIS) – com a finalidade de prestar os serviços de recebimento, análise, processamento e encaminhamento das informações de voo e suas atualizações, bem como fornecimento de informação aeronáutica de forma integrada ao Serviço de Gerenciamento de Plano de Voo, cuja jurisdição compreende a localidade onde esteja instalado e outras áreas contendo todos os seus aeródromos e Salas AIS; • 3 Salas AIS de Aeródromo Automatizadas – com a finalidade de prestar serviço de informação prévia e posterior de voo, receber, analisar, processar e encaminhar informações de voo, bem como os informes referentes ao serviço de tráfego aéreo; e • 34 Salas AIS na modalidade de Autotendimentos – com a finalidade de prover os meios necessários para que o aeronavegante possa planejar e apresentar suas intenções de voo, por meio do sistema AISWEB, sem a necessidade de emprego de operadores AIS. • Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), providos através de: • 20 Torres de Controle (TWR) – responsáveis por proporcionar o serviço de controle de tráfego aéreo nos aeródromos onde estão localizadas; • 22 Estações Rádio (AFIS) – responsáveis por proporcionar avisos e informações úteis para a realização segura e eficiente do voo; e • 13 Órgãos de Controle de Aproximação (APP) – responsáveis por prestar o serviço de controle de tráfego aéreo a voos controlados, nas áreas sob suas jurisdições. Como o compromisso de atender ao interesse coletivo e aos imperativos da segurança nacional, a NAV Brasil presta Serviços de Navegação Aérea em 44 aeródromos brasileiros, por meio de filiais denominadas "Dependências da NAV Brasil" (DNB) e de dois Centros de Meteorologia Aeronáutica, responsáveis por realizar a previsão meteorológica para 80% dos aeroportos brasileiros; efetua o trâmite de informações aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica; e opera 23 equipamentos DME e 7 sistemas de telecomunicações aeronáuticas VHF, totalizando de 30 instalações (Estações da NAV Brasil - ENB) que apoiam a navegação em rota.

3. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2022 indica uma recuperação mundial sobre os efeitos funestos da pandemia de Covid-19 que tão fortemente impactou a economia internacional. A Indústria do Transporte Aéreo foi um dos setores mais fortemente impactados pela redução da mobilidade social decorrente do isolamento imposto pela doença, afetando tanto a atividade entre países, como em seus ambientes domésticos. De acordo com a IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo), em 2020, o número de passageiros transportados em nível global recuou 60,2% em relação a 2019. No Brasil, onde a economia, a renda e o emprego de parcela considerável da população foram profundamente afetados pelos efeitos indiretos da pandemia, a redução do número de passageiros transportados em 2020 foi de aproximadamente 57%, ressaltando que o ano de 2019 havia sido o maior de toda a série histórica. Considerando o número de movimentos aéreos no País, verificou-se uma redução de 41,2%, entre 2019 e 2020, mas, a partir de 2021, inicia-se uma reversão, que, no ano de 2022, chega a 60% em relação a 2020, embora ainda com uma perda de 6,6% em relação ao ano de 2019.

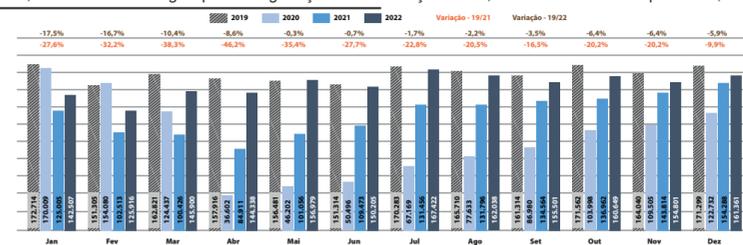


Figura 2. Total de Movimentos por Ano - Brasil
¹Dados sobre o total de passageiros da Agência Nacional de Aviação Aérea, extraídos de seu Relatório de Demanda e Oferta.
²Figura 2. Total de Movimentos por Ano - Brasil

A ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional) estima que a demanda voltará aos níveis anteriores à pandemia, na maioria dos países, no primeiro trimestre de 2023 e que, até o fim do ano, o número de viajantes será cerca de 3% superior ao de 2019. Para a NAV Brasil, cuja principal fonte de receita advém de Tarifas de Navegação Aérea, a estabilização do setor nos níveis anteriores à pandemia significará um cenário de equilíbrio, o que lhe permitirá planejar investimentos para os próximos anos de maneira ainda mais assertiva, além de incrementar a segurança da manutenção de sua condição como "empresa não dependente" de recursos do Tesouro Nacional.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A NAV Brasil, a partir do envolvimento de todos os setores da Empresa, desenvolveu o Planejamento Estratégico - 2023 a 2027 e o Plano de Negócios 2023, que foi aprovado pelo Conselho de Administração. Nessa mais recente versão do documento, foram acrescentados diversos elementos que ampliaram a atuação da Empresa, permitindo um melhor detalhamento dos Objetivos Estratégicos, das Ações Estratégicas, das Iniciativas e Atividades, além de concentrar forças em estratégias capazes de enfrentar o cenário externo. Assim, compreendendo com clareza que o Negócio em que atua são os "Serviços de Navegação Aérea", estabeleceu-se a Missão da NAV Brasil: "Prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança, visando ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade." Sua Visão de futuro é "Ser reconhecida por prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança; sempre pautada nos Valores que sustentam seu corpo funcional diante da sociedade, quais sejam: • Ética • Segurança • Respeito • Eficiência • Integridade • Espírito Público • Sustentabilidade. 4.1. CADEIA DE VALOR. A partir da análise de seus Macroprocessos, foi estabelecida a seguinte Cadeia de Valor para a Empresa.

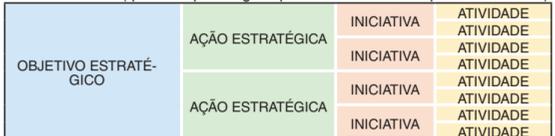


4.2. GESTÃO E SUPORTE

A fim de fazer frente aos desafios característicos de seu ramo de negócio, a Empresa foi estruturada, cobrindo as diversas atividades corporativas.



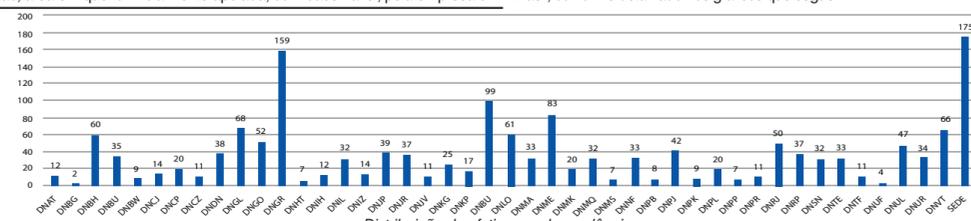
4.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: O processo de planejamento estratégico prevê "Objetivos Estratégicos" a serem atingidos e uma hierarquia de medidas a serem desenvolvidas, visando ao seu alcance, designadas como "Ações Estratégicas"; "Iniciativas" e "Atividades" (que ainda podem gerar providências em nível operacional inferior).



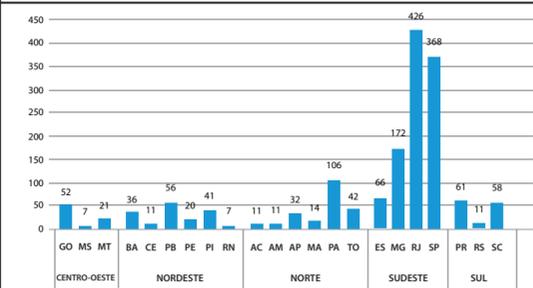
Níveis hierárquicos do planejamento estratégico

A NAV Brasil estabeleceu três Objetivos Estratégicos (OE): 1 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; 2 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO DA EMPRESA; e 3 - INCREMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL. Considerando o horizonte temporal de cinco anos, cada Objetivo Estratégico contribui por parcela significativa para o cumprimento da Missão da Empresa e são assim descritos: 1. Adequação da Estrutura Organizacional. O objetivo decorre da natural necessidade de aperfeiçoamento da estrutura organizacional inicialmente adotada para a constituição da empresa, visando dotá-la de condições para responder às demandas e desafios de sua consolidação. Especial atenção é dedicada ao dimensionamento do quantitativo de empregados das áreas administrativa e operacional, considerando a possibilidade de absorção de novos órgãos do COMAER e o emprego de terceirização de atividades meio. 2. Equilíbrio Econômico da Empresa. Manter a NAV Brasil na condição de "Empresa Pública Não-Dependente" (de recursos do Tesouro Nacional) permanece como premissa fundamental para sua Gestão Econômico-Financeira. Dessa forma, planejar, controlar e monitorar o desempenho da execução orçamentária, com especial atenção sobre os custos dos serviços prestados constituem pontos de atenção da alta administração, exigindo que a gestão seja dotada com pessoal e sistemas capazes de acompanhar e identificar eventuais desvios ou riscos à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. 3. Incremento da Capacidade Operacional. A capacidade operacional da Empresa está diretamente associada aos padrões de segurança e eficiência dos serviços prestados. Portanto, seu incremento decorrerá de ações voltadas à modernização das infraestruturas existentes, à atualização dos equipamentos e sistemas pari passu com a evolução tecnológica do setor, e ao aprimoramento da competência técnico-operacional de seus profissionais. Figura 6. Objetivos Estratégicos.

4.4. AÇÕES ESTRATÉGICAS. Para cada objetivo estratégico (OE), delineou-se um conjunto de Ações Estratégicas (AE). OBJETIVO ESTRATÉGICO - AÇÃO ESTRATÉGICA. 1. Adequação da Estrutura Organizacional. 1.1. Consolidar a estrutura administrativa da empresa. Busca a implementação de ajustes à estrutura organizacional, com base na gestão por processos e na utilização de ferramentas de TI, com foco no estabelecimento de um corpo funcional, administrativo e técnico, tanto de carreira como temporário, com as competências necessárias para um eficiente desempenho das atividades. 1.2. Aprimorar a estrutura da área operacional da empresa. Como parte do processo de consolidação da estrutura organizacional da Empresa, faz-se fundamental, a obtenção de autonomia em relação ao suporte à operação, área em que foi inicialmente apoiada, com base na lei, pela empresa cin-

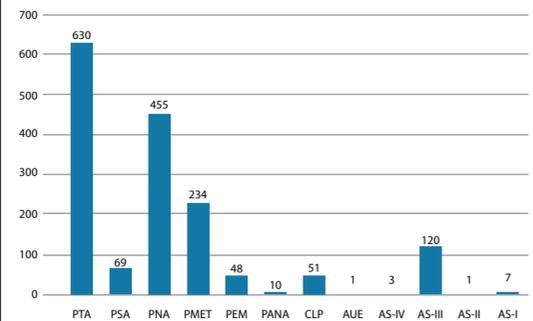


NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

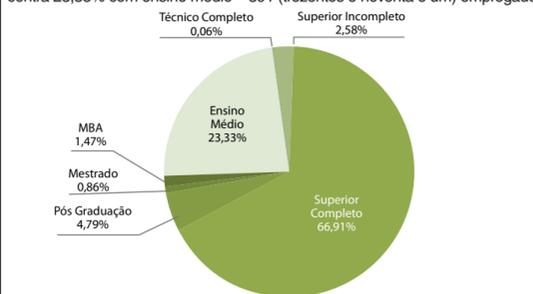


Distribuição do efetivo por UF/Região geográfica.

A constituição do nível educacional dos cargos efetivos remonta o requisito de acesso previsto no Plano de Cargos e Salários em vigor, quando da admissão do empregado. As informações necessárias à compreensão dos requisitos de admissão podem ser assim apresentadas: # CARGO/NÍVEL/Ocupação - REQUISITOS. 1. PSA Operacional • Nível Médio. 2. PNA Técnico • Nível Médio; Inglês Básico; e • Conhecimento básico de informática. 3. PMET Técnico • Nível Médio; • Noções de Inglês; • Curso de Observador Meteorológico da Aeronáutica ou curso de meteorologia de nível médio em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou nível médio adicionado de curso de meteorologia básica realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação; e • Registro no CFTA - Conselho Federal dos Técnicos Aeronáuticos. 4. PEM Técnico • Nível Médio; a. Técnico em Edificações • Curso de Técnico em Edificações; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. b. Técnico em Eletrotécnica • Curso de Técnico em Eletrotécnica; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. c. Técnico em Eletrotécnica • Curso de Técnico em Eletrotécnica; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. d. Técnico em Mecânica • Curso de Técnico em Mecânica; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. 5. PTA Técnico • Nível Médio; • Noções de Inglês; • Curso ATM 005 ou curso em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica, ou por este homologado na área de controle de tráfego aéreo; • Licença de Controlador de Tráfego Aéreo. 6. AS-I Especializado a. Psicólogo • Nível Superior em Psicologia; e • Registro no CRP - Conselho Regional de Psicologia. 7. AS-II Especializado a. Administrador • Nível Superior em Administração; e • Registro no CRA - Conselho Regional de Administração. 8. AS-III Especializado a. Especialista em Navegação Aérea • Nível Superior em Meteorologia ou qualquer Nível Superior acompanhado de um dos cursos relacionados abaixo: i. Curso ATM-005, ou curso em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica, ou por este homologado na área de controle de tráfego aéreo ou Licença de Controlador de Tráfego Aéreo emitida por Órgão do Comando da Aeronáutica; ou ii. Curso MET-005, ou de Observador Meteorológico em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica, ou curso de meteorologia de nível médio em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação; ou iii. Curso AIS-005 ou curso em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica como curso de Especialista em Informação Aeronáutica; ou iv. Curso CNS-005 ou curso em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica ou por este homologado como - curso de Operador de Estação Aeronáutica, ou Licença de Operador de Estação Aeronáutica emitida por órgão do Comando da Aeronáutica, Meteorologista • Nível Superior em Meteorologia ou curso equivalente em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica, ou outro estabelecimento por este homologado; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. 9. AS - IV Pleno a. Engenheiro • Nível Superior em Engenharia, especificando a especialidade, conforme a necessidade; e • Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Figura 10. Requisitos de nível educacional por cargo / nível / ocupação. Salienta-se que os cargos de Profissional de Tráfego Aéreo (PTA), Profissional de Navegação Aérea (PNA), Profissional de Apoio a Navegação Aérea (PANA) e Profissional de Meteorologia (PMET) compõem nichos profissionais específicos, sujeitos às normas regulamentares expedidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, órgão regulador da atividade, na forma dos incisos IX, X, XI e XIII do art. 3º, do Anexo I, do Decreto nº 11.237/2022, do Decreto nº 5.731/2006, e tendo por base o parágrafo único, do art. 100, da Lei nº 7.565/1986, que lhes impõem requisitos técnicos setoriais para o exercício da profissão. Podem ser citados como exemplos de tais requisitos, os Certificados de Habilitação Técnica e demais qualificações exigidas nas ICA 63-31 (Licenças de Pessoal da Navegação Aérea), ICA 102-7 (habilitação técnica para operador de telecomunicações) e ICA 100-18 (habilitação técnica para Controladores de Tráfego Aéreo). No tocante à formação dos ocupantes dos cargos mencionados, ressalta-se a exigência da certificação profissional em cursos de formação promovidos com exclusividade pelo Instituto de Controle do Espaço Aéreo - ICEA, que tem como missão capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos no âmbito do SISCEAB. Com base no exposto, o gráfico a seguir ilustra o efetivo que ocupa os cargos de PTA, PNA, PMET e o já extinto PANA (Profissional de Apoio A Navegação Aérea), que totaliza 1.329 (um mil trezentos e vinte e nove) empregados.



Distribuição do efetivo por cargo técnico. No entanto, apesar da maior parte do efetivo ser oriunda de cargos técnicos, no ano de 2022, 1.090 (um mil e noventa) empregados já apresentavam título de educação formal de nível superior completo, o que corresponde a 66,91% do efetivo, contra 23,33% com ensino médio - 391 (trezentos e noventa e um) empregados.



Efetivo formal.

Tendo em vista que a elevação da capacidade dos recursos humanos é essencial para o desenvolvimento de uma cultura organizacional de alto desempenho a NAV Brasil, durante o ano-base de 2022, realizou investimentos no montante de R\$ 806.631,58, em ações de capacitação e desenvolvimento do seu efetivo. Em razão da sucessão trabalhista, a NAV Brasil atua como patrocinadora do fundo de pensão Infraprev Previdência Privada, que é um fundo multipatrocinado, criado em 29 de junho de 1982. Em 2022, a entidade contou com 1.242 (um mil duzentos e quarenta e dois) participantes da empresa e tem por objetivo garantir o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários. Para cumprir com esse compromisso, o Infraprev adota uma metodologia rigorosa em seus investimentos. Os recursos financeiros são gerenciados seguindo processos de planejamento que orientam as decisões de investimentos, sempre observando os princípios de rentabilidade, liquidez e segurança. Atualmente, o Instituto possui quatro modalidades de planos de benefícios: o de benefício definido (BD), que está fechado para novos participantes; o de contribuição variável (CV), em vigor desde dezembro de 2000; o de contribuição definida (CD), criado em março de 2012; e o associativo (Plano Infraprev Família). O Infraprev é regulado e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, do atual Ministério do Trabalho e Previdência, com diretrizes dos investimentos determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central. 7. GOVERNANÇA: A NAV Brasil, desde a sua recente criação, vem atuando na formação e aprimoramento de sua governança corporativa, visando ao alinhamento com as melhores práticas observadas no mercado. Nessa perspectiva, a estrutura de governança da Companhia é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Alta Administração está fortemente comprometida com a construção de um ambiente ético, atuando de forma íntegra e transparente, considerando os significativos avanços das atividades desenvolvidas pelas instâncias internas de apoio. Pautada, portanto, nos princípios da liderança, integridade, responsabilidade, compromisso, transparência e accountability, a estrutura de governança da NAV Brasil acompanha o seguinte modelo:



8. SUSTENTABILIDADE E RISCOS: A fim de agregar valor ao processo de tomada de decisão, em todas as instâncias da empresa, aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos institucionais e permitir o crescimento sustentável do negócio, a estrutura de gestão de riscos e controles internos da NAV Brasil utiliza o "Modelo das Três Linhas" criado pelo Instituto de Auditores Internos dos Estados Unidos (IIA). Como essa premissa, foram mapeadas as principais incertezas que possam interferir no alcance dos objetivos estratégicos da corporação, definidas como Riscos Estratégicos. A seleção dos Riscos Estratégicos foi realizada a partir das fraquezas e ameaças da matriz SWOT da NAV Brasil, e considera sua importância para o alcance dos resultados almejados pela companhia. Estes riscos estarão sujeitos à aplicação de planos de ação para adequação ao nível de apetite a risco estabelecido pela alta administração da empresa, levando-se em conta seu perfil conservador.

RISCOS ESTRATÉGICOS	DIRETORIA RESPONSÁVEL	RISCO FINAL
Existência de órgãos economicamente deficitários	Dir. de Serviços	Risco Baixo
Redução do Tráfego Aéreo	Presidência	Risco Baixo
Perda de regularidade da receita	Dir. de Administração	Risco Baixo
Redução de receitas	Presidência	Risco Baixo
Elevação atípica do custo operacional	Dir. de Administração	Risco Baixo
Obsolescência de sistemas e equipamentos de navegação aérea	Dir. de Serviços	Risco Baixo
Degradação de instalações operacionais	Dir. de Administração	Risco Baixo
Interferência cibernética	Dir. de Serviços	Risco Baixo
Acidente Aeronáutico	Dir. de Serviços	Risco Baixo
Estrutura administrativa não habilitada	Dir. de Administração	Risco Baixo
Descontinuidade da força de trabalho	Dir. de Administração	Risco Baixo
Cultura organizacional não plenamente alinhada com a estratégia da Empresa	Presidência	Risco Baixo

Risco estratégico por setor da Administração.

8.1. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Muito além de um comando legal, a responsabilidade socioambiental está intrinsecamente alinhada à estratégia da NAV Brasil, que, como empresa pública federal, tem a função social de prover Serviços de Navegação Aérea, em atendimento ao interesse coletivo, devendo ser empregadas práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua. Nesse aspecto, diversos são os empreendimentos da Empresa, a exemplo da atuação no Programa SIRIUS; a produção de Informações Aeronáuticas em formato digital; a utilização de iniciativas de tecnologia sustentável, também no plano administrativo da empresa; a implementação do Código de Ética, Conduta e Integridade, com diversos compromissos socioambientais; e a integração com a comunidade local. 8.2. PROGRAMA SIRIUS: A NAV Brasil, como parte integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), atua em diversos empreendimentos do Programa SIRIUS, conduzido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) com o objetivo de proporcionar modernizações ao Sistema e diversos benefícios à sociedade, dentre os quais a sustentabilidade ambiental, como a redução nas emissões de gases nocivos na atmosfera e de ruído para as populações localizadas no entorno dos aeródromos, alcançados por meio do emprego de soluções de alta tecnologia, da implantação de procedimentos operacionais inovadores e da ênfase na contínua elevação da performance dos recursos humanos. 8.3. INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS EM FORMATO DIGITAL: A atenção com o meio ambiente também se faz presente na produção de Informações Aeronáuticas pela NAV Brasil, que, substituindo os produtos em papel, hoje são disponibilizadas em formato digital aos usuários do SISCEAB. 8.4. TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL: No plano administrativo, a NAV Brasil também utiliza inovações que priorizam o equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e as preocupações com o meio ambiente, tais como o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GEF), as aplicações corporativas e o provedor de plataformas de serviços em nuvem. 8.5. CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE: No ano de 2022, foi implementado o Código de Ética, Conduta e Integridade da Empresa, que perpassa todas as ações ASG (Ambiental, Social e de Governança) e, de modo especial, contempla uma série de compromissos socioambientais. 8.6. INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL: O ano de 2022 registra diversas ações de integração pelas Dependências da NAV Brasil (DNBs), especialmente com a comunidade escolar e universitária, realizando palestras e franqueando-lhes a visitação ao ambiente operacional. 8.7. INVESTIMENTOS: Como já comentado, o quadro inicial de pessoal da NAV Brasil, conforme previsto no art. 12, § 2º, da Lei nº 13.903, foi basicamente composto por empregados da Infraero que exerciam atividades diretamente relacionadas com a prestação de serviços de navegação aérea, transferidos por sucessão trabalhista, o que resultou em uma estrutura inicial com reduzido efetivo técnico e administrativo dotado do conhecimento e experiência necessários para a elaboração de projetos e especificações de equipamentos e infraestrutura de navegação aérea. Adicionalmente, a Comissão instituída pelo Comando da Aeronáutica para o processo de planejamento e coordenação da criação da companhia, pouco após iniciar visitas de avaliação aos órgãos provedores de Serviços de Navegação Aérea da Infraero, foi frustrada pelo início da pandemia de COVID-19, impedindo a realização de uma avaliação mais aprofundada da infraestrutura a ser recebida. Com isso, o planejamento de investimento para o 2022, apresentado poucos meses após a constituição da NAV Brasil, que se deu no meio do ano de 2021, teve que se basear, grandemente, em informações de trabalhos anteriormente produzidos pela Infraero. Nesse contexto, o ano de 2022 foi dedicado à estruturação organizacional do setor responsável pela elaboração desses projetos e para o dimensionamento e revisão dos investimentos prioritários, ao mesmo tempo em que a Administração priorizava a garantia de sua operacionalidade, concentrando esforços para assegurar a continuidade dos serviços prestados à sociedade. Como parte do planejamento para investimentos 2022/2023, encontra-se, neste momento, em fase de conclusão, o processo licitatório para a substituição de 6 (seis) equipamentos Rádio VHF, nas localidades de Goiânia, Vitória, Jacarepaguá, Ribeirão Preto, Teresina e Santarém; e de 4 (quatro) Gravadores Digitais, para as localidades de Palmas, Macapá, Ribeirão Preto e Teresina. Encontra-se, também, em pleno andamento, a aquisição de novas Estações Meteorológicas de Superfície (EMS), a serem implantadas nas localidades de Campinas, Goiânia, Uberaba, Cruzeiro do Sul e Macapá. No que concerne à modernização da infraestrutura, está em fase de final de execução o projeto de adequação do prédio da Administração Central da NAV Brasil, além do planejamento para a condução das adequações das Dependências da NAV Brasil em Guarulhos, Goiânia, Jacarepaguá, Santos Dumont, Campos dos Goytacazes, Itaituba, João Pessoa e Uberlândia. Simultaneamente aos processos de modernização de infraestruturas e substituição de equipamentos, a NAV Brasil deu início à revisão e reestruturação dos processos herdados da Infraero, buscando adequar a sua estrutura organizacional às reais necessidades do negócio, tendo como princípio norteador o uso intensivo de novos métodos e tecnologias. Nesse sentido, ressalta-se o processo para a implantação de uma Torre de Controle Digital no aeroporto de Ribeirão Preto e a aquisição de um Simulador de Torre de Controle a ser implantado na DNB em Guarulhos. Projetos que muito incrementarão a capacidade operacional dos respectivos Órgãos de Controle de Tráfego Aéreo.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. INDICADORES DE DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE

DRE (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Receitas Operacionais	1.129,2	428,0
Despesas Operacionais	(439,4)	(205,6)
Resultado Operacional Recorrente	689,8	222,4
Deduções da Receita	(102,5)	(38,9)
Outras Receitas e Despesas	(6,6)	(4,1)
Resultado Financeiro	5,9	0,0
Provisões, Ganhos e Perdas	(70,9)	(38,2)
Outros impostos e taxas	(0,8)	(0,1)
Resultado antes dos IRPJ e CSLL	514,9	141,1
IR e CS (corrente e diferido)	(190,1)	(47,5)
Lucro Líquido do Exercício	324,8	93,6

Dados econômico-financeiros 2021 e 2022

A NAV Brasil apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$ 324,8 milhões, influenciado pela evolução gradual das receitas em decorrência da retomada do tráfego aéreo pós-pandemia, associado às ações coordenadas de gestão empresarial que objetivaram a otimização dos recursos e a racionalização das despesas, com a realização de novos processos e contratos. A proposta de distribuição do lucro líquido do exercício, conforme deliberação da Administração está demonstrada na figura a seguir:

DESCRIÇÃO (R\$ milhões)	2022	2021
Saldo anterior reserva de retenção de lucros	71,3	-
Lucro Líquido do Exercício	324,8	93,6
Reserva Legal	5,7	4,7
Lucro Líquido Ajustado	319,1	88,9
Destinações:		
Dividendos e JCP	79,8	17,6
JCP	8,7	1,3
Dividendos	71,1	16,3
Aumento de Capital Social 1	218,8	-
Saldo final da reserva de retenção de lucros 1	91,8	71,3

Proposta de Destinação do Lucro

1 Valores a serem deliberados em Assembleia. O Plano de Aplicação do Saldo do Lucro está discriminado a seguir.

PLANO DE APLICAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS (R\$ milhões)	2023	2024	2025	2026	2027
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	1,9	-	-	-	-
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas	4,0	-	-	-	-
Manutenção de Equipamentos de Informática e Teleprocessamento	16,2	9,7	-	-	-
Implantação e Manutenção dos Sistemas de Navegação Aérea	40,8	98,4	36,9	46,3	52,0
Modernização de infraestrutura para a prestação de Serviços de Navegação Aérea	7,2	10,0	7,9	9,0	6,3
Total	70,1	118,1	44,8	55,3	58,3

Plano de Aplicação da Reserva de Lucros

1 Conforme Plano de Investimentos da Empresa.

INDICADORES	2022	2021
Liquidez Corrente	2,6	1,6
Margem Líquida (%)	31,6%	24%

Indicadores.

O índice de Liquidez Corrente evoluiu de 1,6%, em 2021, para 2,6% em 2022, indicando a boa saúde financeira da Empresa para cumprir com suas obrigações de curto prazo. O indicador apresentou melhoria devido ao ritmo de crescimento do Ativo Circulante superior ao crescimento do Passivo Circulante. O saldo de contas a receber representa 69,9% do ativo circulante total, já considerando a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A apuração de receitas em montante superior às despesas permitiu à NAV Brasil superar a meta de sustentabilidade empresarial e encerrar o exercício com Margem Líquida de 31,6%.

COMPOSIÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Lucro Líquido do Exercício	324,8	93,6
Resultado Financeiro Líquido	(5,9)	0,0
Provisão IR/CSLL	190,1	47,5
Depreciação/amortização	7,6	4,3
EBITDA	516,6	145,4

Composição do EBITDA

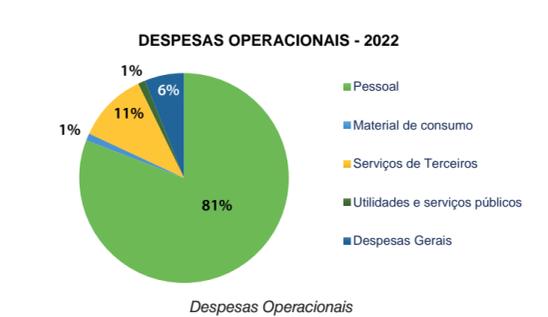
O indicador EBITDA demonstra a geração de recursos da Empresa apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros de impostos e depreciação. O resultado de R\$ 516,6 milhões apresentado para esse indicador demonstra o potencial de geração de caixa da atividade de prestação de serviços de navegação aérea. 10.2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS: 10.2.1 RECEITAS OPERACIONAIS



Evolução das Receitas Operacionais

A Receita Operacional Bruta contabilizada no exercício de 2022, proveniente das Tarifas de Navegação Aérea e Receitas Comerciais, atingiu o montante de R\$ 1.129,2 milhões. As Tarifas de Navegação Aérea, no exercício de 2022, totalizaram R\$ 1.127,8 milhões, sendo constituídas pelas "Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota" (TAN), no valor de R\$ 742,0 milhões, e pelas "Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle Remoto e Área de Controle de Aproximação" (TAT), no valor de R\$ 385,8 milhões. As Receitas Comerciais, em 2022, totalizaram R\$ 1,4 milhões, sendo compostas por 83,7% de receita proveniente dos serviços de Atendimentos Extraordinários a Aeronaves e 16,3% dos Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas.

10.2.2. DESPESAS OPERACIONAIS:



Despesas Operacionais

10.2.3. DESPESAS DE PESSOAL

Representando 81% das despesas operacionais, as despesas de pessoal totalizaram o montante de R\$ 358,1 milhões, no período entre janeiro e dezembro de 2022.

Considerando o balanço entre as contratações e demissões ocorridas ao longo do exercício de 2022, houve um decréscimo de 2,3% no efetivo, em relação ao exercício de 2021.

De acordo com o quadro evolutivo das despesas de pessoal, observamos que os gastos mensais se mantiveram proporcionais ao quantitativo de funcionários, apresentando uma redução, no fim do exercício de 2022.

Considerando o balanço entre as contratações e demissões ocorridas ao longo do exercício de 2022, houve um decréscimo de 2,3% no efetivo, em relação ao exercício de 2021.

De acordo com o quadro evolutivo das despesas de pessoal, observamos que os gastos mensais se mantiveram proporcionais ao quantitativo de funcionários, apresentando uma redução, no fim do exercício de 2022.



Evolução das despesas de pessoal

10.2.4. SERVIÇOS DE TERCEIROS

SERVIÇOS DE TERCEIROS (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Serviços Técnicos Especializados	(26,7)	-
Serviços de informática	(7,3)	(3,1)
Segurança e vigilância	(5,2)	(3,9)
Conservação e limpeza	(2,7)	(1,8)
Locação de software	(2,3)	-
Manutenção	(1,6)	(1,7)
Demais serviços	(1,5)	(0,4)
Total Serviços Contratados	(47,3)	(10,9)

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros totalizaram o valor de R\$ 47,3 milhões, em 2022, com destaque para os serviços técnicos especializados, com um total de R\$ 26,7 milhões, referente à contratação de apoio técnico e administrativo da Infraero, nos termos do art. 19 da Lei nº 13.903/2019.

10.2.5. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Depreciação e amortização	(7,6)	(4,3)
Receitas Eventuais	1,0	0,1
Receitas e despesas não operacionais	0,0	0,1
Total Outras Receitas e Despesas	(6,6)	(4,1)

Outras receitas e despesas

São consideradas receitas eventuais, a recuperação de despesas relacionadas aos serviços dos bancos credenciados para prestação de serviço de processamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados e pensionistas.

10.2.6. PROVISÕES, GANHOS E PERDAS

PROVISÕES, GANHOS E PERDAS (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Devedores Duvidosos	(93,0)	0,0
Indenizações trabalhistas/cíveis	(2,2)	(1,4)
Perda de estoque / mobilizado	0,6	(2,8)
Redução Valor Recuperável (Impairment)	0,0	18,0

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

Balancão Patrimonial (Em milhares de reais)				Demonstração do Fluxo de Caixa (Em milhares de reais)				Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais)							
		Notas explicativas		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Ativo															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	143.725	21.433												
Contas a receber	6	358.187	184.027												
Estoques	7	8.277	7.103												
Impostos a recuperar	8	74	74												
Adiantamento para empregados		144	71												
Despesas antecipadas	9	2.133	1.914												
Outros ativos		141	7												
Total do ativo circulante		512.681	214.629												
Não circulante															
Realizável a longo prazo															
Depósitos judiciais	11	1.401	1.563												
Tributos diferidos	24	41.224	33.539												
Imobilizado	10	61.493	68.845												
Intangível	10	460	657												
Total do ativo não circulante		104.578	104.604												
Total do ativo		617.259	319.233												
Passivo															
Circulante															
Fornecedores de bens e serviços	12	10.704	32.509												
Cauções de terceiros		31	24												
Encargos trabalhistas	13	46.552	52.056												
Tributos a recolher	8	35.690	26.764												
Recursos a pagar	14	115	11												
Providência complementar		1.756	1.917												
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	16.d	99.588	176.18												
Outras obrigações	15	1.382	1.301												
Total do passivo circulante		195.818	132.200												
Não circulante															
Benefício pós-emprego	19	80.555	80.911												
Provisão para contingências	11	4.460	5.912												
Total do passivo não circulante		85.015	86.823												
Total do passivo e patrimônio líquido		617.259	319.233												
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras															
Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)															
		Notas explicativas		31/12/2022		31/12/2021									
Receita operacional líquida	17	1.026.768	389.184												
Custos dos serviços prestados	18	(140.179)	(28.290)												
Lucro operacional líquido		886.589	360.894												
Despesas gerais e administrativas	18	(377.839)	(219.999)												
Outras despesas		(692)	148												
Outras receitas	25	959	148												
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		509.017	141.043												
Despesas financeiras	26	(2.228)	-												
Receitas financeiras	26	8.130	-												
Resultado financeiro líquido		5.902	-												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		514.919	141.043												
(-) Imposto de renda e contribuição social		(193.292)	(66.863)												
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.157	19.394												
Resultado líquido do período		324.784	93.574												
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras															
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis anuais Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)															

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)									
	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	
Em 30 de junho de 2021 (Data de Constituição)									
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		5.714	-	-	-	-	-	5.714	
Reserva Legal		-	4.679	-	-	(17.618)	-	(17.618)	
Reserva Retenção de Lucros		-	-	71.277	-	(71.277)	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(41.606)	(41.606)	
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	14.146	14.146	
Lucro do período		-	-	-	-	93.574	-	93.574	
Em 31 de dezembro de 2021	16	5.714	4.679	71.277	-	-	(27.460)	100.210	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(79.779)	-	(79.779)	
Reserva Legal		-	5.664	-	-	(5.664)	-	-	
Reserva Retenção de Lucros		-	-	239.341	-	(239.341)	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(13.317)	(13.317)	
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	4.528	4.528	
Lucro do período		-	-	-	-	324.784	-	324.784	
Em 31 de dezembro de 2022	16	5.714	10.343	310.618	-	-	(36.249)	336.426	
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras									

atendidos. Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. A NAV Brasil, de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. f) Partes relacionadas: As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. g) Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear de cotas constantes a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Todo o grupo de ativo imobilizado, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (impairment). h) Intangível: O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. i) Provisões e Passivos: Provisões para riscos contingenciais. As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade. As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências. Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo. Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 10. Passivos Contingentes: Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são reconhecidos, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 10. j) Benefícios a empregados: A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde - PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão. A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos. O custo dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano. Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente. k) Reconhecimento de Receita: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente. l. Receita da prestação de serviços. A receita de serviços é mensurada com base no preço da transação, isto é, o valor que a entidade espera ter direito em contrapartida da obrigação de performance, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento (ou à medida que) a Companhia satisfaz a obrigação de performance, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. i. Receita financeira. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. j) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Na demonstração do fluxo de caixa, o fluxo de caixa da atividade operacional foi preparado pelo método indireto e está sendo apresentado de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. m) Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha saldos mensurados em moeda estrangeira, sendo que as transações realizadas foram liquidadas no decorrer do exercício. n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisões para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Estimativas e premissas contábeis significativas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment). Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. o) Apuração do Resultado: O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento. p) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante: Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. q) Recursos da União recebidos em transação não formalizada: Conforme nota explicativa número 22, a Companhia recebeu bens relacionados à prestação de serviços de navegação aérea da Infraero e do Comando da Aeronáutica (COMAER). Os elementos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de navegação aérea foram verificados para a NAV Brasil, consoante demarcação legal (art.3º da Lei nº 13.903/2019), densificada no Protocolo de Cisão. Nesse ponto só foram contabilizados os recursos aplicados na Companhia por meio da integralização de seu capital social. Ocorre que a Infraero fazia uso de bens da União relacionados à atividade de navegação aérea, sem que a NAV Brasil tenha ciência do exato alcance da documentação que formaliza e especifica os direitos e obrigações entre aquelas partes. Por conseguinte, a Infraero não reconhecia esses recursos em seu patrimônio, mas os monitorava em contas de compensação, cuja contabilização em contas de compensação foi mantida na NAV Brasil. Além dos recursos e bens recebidos da Infraero que são de propriedade do COMAER, o Edifício Sede da NAV Brasil não foi incluído no Protocolo de Cisão e não está contabilizado nem mesmo em contas de compensação. Quando da cisão parcial da Infraero e constituição da NAV Brasil, por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, eles foram transferidos pela Infraero e pelo COMAER à NAV Brasil, em uma transação não formalizada. Entretanto, é competência exclusiva do COMAER especificar as regras, direitos e obrigações e demais condições da transação, não dispondo a NAV Brasil de ingerência sobre elas. Nesse sentido, recorremos ao teor da lei de criação da Companhia. Lei nº 13.903/2019, art. 5º e 7º, respectivamente, seus parágrafos §1. Fato é que ainda não foi consubstanciado o ajuste (art. 7º, §1º, da Lei 13.903/2019), entre a NAV Brasil e a União, em relação aos bens em voga, carecendo de elementos mínimos para seu reconhecimento e mensuração contábil, como a essência da classificação das transferências dos bens. Apesar de sua atuação limitada no tocante à solução, a NAV Brasil tem atuado intensamente com o COMAER (dada a competência estipulada em norma), com vistas a se especificar os direitos e obrigações das partes no que tange aos recursos em questão, e eliminar as dúvidas porventura existentes. Uma vez as partes tenham especificado tais direitos e obrigações, configurando um novo fato, a administração da NAV Brasil avaliará se tais recursos atendem à definição de ativo e demais requisitos para seu reconhecimento e, a depender de sua classificação, definirá a política contábil adequada a mensuração, apresentação e divulgação, bem como, avaliará se algum passivo deverá ser reconhecido. Enquanto isso, a Companhia os monitora em contas de compensação, conforme divulgado na Nota 21.4. **Novas normas, alterações e interpretações contábeis:** Não identificamos normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) ou interpretações IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

5. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	50	7
Bancos	9.663	21.246
Aplicação financeira	134.012	-
Total	143.725	21.433

Uma das prioridades da gestão financeira da NAV Brasil foi o controle eficiente do fluxo de caixa, tendo em vista a necessidade de adequação à Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, estabelecidas na ICA 12-35/2021, do Comando da Aeronáutica, que estabelece um lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos. Nesse modo, o maior destaque relacionado aos recebimentos deveu-se aos repasses realizados pelo Comando da Aeronáutica, viabilizados pelo DECEA. A variação ocorrida em Caixa, foi devida às concessões de 52 Fundos Fixos de Caixa. A variação em Aplicação financeira, decorre dos montantes aplicados em fundos de renda fixa extramercado compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F), cuja aplicação da NAV Brasil no 4º trimestre do ano de 2022 foi de R\$ 134.012. Por ser Empresa Pública, a Companhia realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal S/A conforme estabelece a Resolução nº 4.986 de 17/02/2022 do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimentos a Curto Prazo Extramercado, salientando que o investimento foi realizado no Banco do Brasil. O Fundo de aplicação do extramercado destina-se a receber aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União. **6. Contas a receber:** O saldo de contas a receber registrado em 31 de dezembro de 2022, está composto da seguinte forma: a) Composição do Contas a Receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais	451.186	184.027
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(92.999)	-
Total	358.187	184.027
Circulante	358.187	184.027
Total	358.187	184.027

O Contas a Receber é composto pela arrecadação das Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea em Rota - TAN, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aeródromo - TAT ADR, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aproximação - TAT APP e Receitas Comerciais (Atendimento Extraordinário à Aeronaves, Telecomunicações Aeronáuticas, Receitas Bancárias entre outras). A principal arrecadação referente a receita da NAV Brasil é a de Auxílios de Navegação Aérea (TAN e TAT) a qual é de competência do DECEA, o gerenciamento, a coordenação e controle do processo de coleta e armazenamento de dados dos movimentos de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, bem como de faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades, conforme previsto na Portaria DECEA nº 328/ATAN3, de 12 de julho de 2022, capítulo V, art. 50. Em função do lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos, para que a NAV Brasil honrasse com os seus compromissos no início da sua criação, o DECEA antecipou recursos além dos efetivos arrecadados, conforme previsto no item 7, da ICA 12-35/2021. Por este motivo a variação constante no 4º trimestre de 2022, porém a partir de maio de 2022 o DECEA repassa apenas a arrecadação efetiva, não havendo mais necessidade de antecipação dos recursos. A composição do Contas a Receber até o 4º trimestre de 2022 foi por meio dos faturamentos das Tarifas Aeronáuticas e Receitas Comerciais, principalmente, das competências de novembro e dezembro/2022. Para o

b) Movimentação imobilizado

Custo	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixa	Transf.		
Edificações e Benfeitorias		69	32	-	-	101
Instalações, Máquinas e Equip.		116.132	24	(2.291)	137	114.002
Móveis e Utensílios		6.400	627	(314)	5	6.718
Veículos		3.931	-	(288)	-	3.643
Outros		146	-	-	(142)	4
Total		126.678	683	(2.893)	-	124.468
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(66)	-	-	-	(66)
Instalações, Máquinas e Equip.	10% e 5% a.a.	(49.244)	(7.008)	1.685	(125)	(54.692)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(4.773)	(336)	274	-	(4.835)
Veículos	25% a.a.	(3.625)	(17)	260	-	(3.382)
Outros		(125)	-	-	125	-
Total		(57.833)	(7.361)	2.219	-	(62.975)
Imobilizado líquido		68.845	(6.678)	(674)	-	61.493

Conforme notas explicativas número 3q e 22, a NAV Brasil recebeu bens da Infraero e do COMAER em transação ainda não formalizada, parcialmente contabilizada em contas de compensação. c) Composição intangível:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	5.995	5.974
Amortizações	(5.535)	(5.317)
Total	460	657

d) Movimentação intangível:

Custo	Taxa de Depreciação	Saldos em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixa	Transf.		
Licença de uso de software		5.974	24	(3)	-	5.995
Total		5.974	24	(3)	-	5.995
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.317)	(221)	3	-	(5.535)
Total		(5.317)	(221)	3	-	(5.535)
Intangível líquido		657	(197)	-	-	460

11. Provisão para demandas judiciais: A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista em decorrência da cisão parcial da Infraero operada exclusivamente quanto à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6 em 15/07/2021. Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados. Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal, por sucessão trabalhista. Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou virá a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Companhia. A Companhia avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, no Ato Normativo nº SEDE-ANO-2020/00011, de 03/06/2020, da Infraero, aplicável à NAV Brasil por sucessão do acervo técnico, bibliográfico, documental nos termos do art. 3º da Lei nº 13.903/2019. Consideram-se, portanto, os seguintes níveis de risco: **provável** - Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da NAV Brasil, como risco alto ou praticamente certo. **Possível** - Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio. **Remoto** - Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa. Com base em informações do jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa. Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas: **• Ações Trabalhistas:** existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progressão especial, enquadramento como radiotelefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. **• Ações Cíveis:** existem pedidos diversificados formulados, envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea. a) Processos judiciais provisionados: Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, já incluídas as demandas cuja Companhia já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	4.460	5.910
Processos cíveis	-	2
Total	4.460	5.912

registro da Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de 2022, o critério utilizado foram os valores a receber com vencimentos acima de 120 dias. Assim, o valor provisionado em PECLD para dezembro de 2022 foi de R\$ 92.999. Esse critério foi adotado em função da NAV Brasil não ter um histórico abrangente desses recebimentos e devido a sua criação ter ocorrido em 30 de junho de 2021, perfazendo um período de 1 ano e meio até 31 de dezembro de 2022. O saldo por idade de vencimento (*Aging List*) em 31/12/2022 é apresentado da seguinte maneira:

	31/12/2022	31/12/2021
Aging List	109.627	-
A Vencer:	-	-
Vencidas:	-	-
entre 01 a 30 dias	98.593	82.541
entre 31 a 60 dias	82.541	52.633
entre 61 a 90 dias	52.633	92.999
entre 91 a 120 dias	14.793	451.186
acima de 121 dias	92.999	(92.999)
Saldo Contas a Receber	451.186	358.187
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(92.999)	-
Saldo Contas a Receber Líquido	358.187	-

7. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Material auxiliares e de manutenção	13.005	13.079
Perda estimada	(4.728)	(5.976)
Total	8.277	7.103

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido. Para estimativa do valor registrado na perda foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado. Após conclusão dos trabalhos de inventário físico, ainda foram identificados itens inservíveis para ajuste da perda estimada dos estoques. **8. Impostos, taxas e contribuições:** a) Tributos a recuperar. O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 74, compreende a créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de créditos de PIS e COFINS.

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	74	74
Total	74	74

b) Tributos a recolher:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.397	8.019
INSS s/ terceiros	89	40
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	494	99
ISS a recolher	351	76
IRRF	15	6
IRPJ	17.875	13.616
CSLL	6.469	4.908
Total	35.690	26.764

9. Despesas Antecipadas: As despesas são pagas antecipadamente e apropriadas de acordo com o regime de competência. O grupo contempla os contratos de responsabilidade civil e operacional e as licenças de uso de software da Microsoft, conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros RC e RO	1.682	1.914
Licenças de software	451	-
Total	2.133	1.914

10. Imobilizado e intangível: a) Composição imobilizado:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	124.468	126.678
Depreciação	(62.975)	(57.833)
Total	61.493	68.845

Conforme notas explicativas número 3q e 22, a NAV Brasil recebeu bens da Infraero e do COMAER em transação ainda não formalizada, parcialmente contabilizada em contas de compensação. c) Composição intangível:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	5.995	5.974
Amortizações	(5.535)	(5.317)
Total	460	657

d) Movimentação intangível:

Custo	Taxa de Depreciação	Saldos em 31/12/2021				Saldo em 31/12/2022
		Adições	Baixa	Transf.		
Licença de uso de software		5.974	24	(3)	-	5.995
Total		5.974	24	(3)	-	5.995
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.317)	(221)	3	-	(5.535)
Total		(5.317)	(221)	3	-	(5.535)
Intangível líquido		657	(197)	-	-	460

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Cancelamento	31/12/2022
Processos trabalhistas	5.910	4.440	(5.764)	(126)	4.460
Processos cíveis	2	-	(2)	-	-
Total	5.912	4.440	(5.766)	(126)	4.460

b) Processos judiciais não provisionados: Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 2.823, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	2.823	2.245
Processos cíveis	-	5.481
Total	2.823	7.726

c) Depósitos recursais e judiciais: Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2022, os depósitos judiciais mantidos pela Companhia representam R\$ 1.401, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2021	depósitos terceiros	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	1.563	585	(747)
Total	1.563	585	(747)

12. Fornecedores e outras obrigações: O saldo de R\$ 10.704, em 31/12/2022, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte. A Companhia não se financia por meio de transações "forfait", "confirming", "reverse factoring", "payables finance", "supplier finance program obligations", "risco sacado" ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores. Destaque-se que os fornecedores, contratados por meio de processos de licitação, se referem ao fornecimento de materiais e serviços relacionados à atividade operacional da Companhia. **13. Encargos trabalhistas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sobre férias	8.644	9.804
RCT a apropriar	54	-
Ordenados, salários e férias a pagar	24.196	28.712
FGTS a Recolher	2.012	2.068
INSS a Recolher	6.107	6.202
IRRF s/ folha de pagamento	5.539	5.270
Total	46.552	52.056

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, sendo liquidados. **14. Recursos a pagar:** Os Recursos a pagar estão constituídos pelos seguintes valores

	31/12/2022	31/12/2021
Comando da aeronáutica	115	11
Total	115	11

Comando da Aeronáutica - recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil, mediante transações não formalizadas conforme nota explicativa 22.

15. Outras obrigações:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações - Circulante	1.196	1.114
Consignações a recolher	186	187
Pensões judiciais a pagar	-	-
Total Circulante	1.382	1.301

16. Patrimônio líquido:

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	51.714	51.714
Reserva Legal	10.343	4.679
Reserva Retenção de Lucros	310.618	71.277
Ajuste de avaliação patrimonial	(36.249)	(27.460)
Total	336.426	100.210

a) Composição Acionária do Capital Social: Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/06/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto nº 10.589/2020, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio líquido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R\$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos). Constituído o Capital Social de R\$ 51.713.780,59 (cinquenta e um milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União. b) Reserva de retenção de lucros: Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos

mínimos obrigatórios, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento e custeio aprovados no Conselho de Administração que, alinhados aos planos de negócios da Companhia, contribuem para o aperfeiçoamento da prestação de serviços de navegação aérea. c) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetam valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes - ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, sobre o qual foram calculados tributos diferidos IRPJ e CSLL, respectivamente com alíquotas de 25% e 9%, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV	27.517	27.786

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - CNPJ 42.736.102/0001-10

de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento próximo à duração do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 33, de 23/10/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano

	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	Plano CV	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	37.574	—
Receita de juros	3.285	—
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(11.805)	36.894
Contribuições do patrocinador	634	340
Contribuições dos participantes	634	340
Benefícios pagos pelo plano	(3.299)	—
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	—	—
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	27.023	37.574
Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço	31/12/2022	31/12/2021

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano

1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano 27.203 37.574

2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos

2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação (13.948) (9.053)

2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1+2.1) 13.255 28.521

3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido

Status do Plano de Benefícios

Valor presente da obrigação atuarial (13.948) (9.053)

(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial — —

(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida (13.948) (9.053)

Valor justo dos ativos do plano 27.203 37.574

(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit) 13.255 28.521

Efeito do teto do ativo (13.255) (28.521)

Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano

(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período — —

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo — —

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego (270) (34.785)

Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (270) 34.785

(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período — —

Apuração do efeito do teto do limite do ativo

Valor presente dos benefícios econômicos (teto)* — —

Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto) 13.255 28.521

* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC. No Plano CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia.

b) Programa Auxílio Saúde - PAS. A NAV Brasil oferece o Programa de Auxílio Saúde (PAS) de caráter indenizatório, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária. i. Premissas atuariais e econômicas

Premissas 31/12/2022

Método atuarial de financiamento Crédito unitário projetado

Regime financeiro Capitalização

3,26% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2021

Expectativa de inflação 9,50% a.a.

Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal 6,05% a.a.

Taxa de juros de desconto atuarial anual - real AT 2000 M&F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos AT 2000 M&F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados AT 2000 M&F

Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos AT-49 M

Tábua de entrada em invalidez Não aplicável

Taxa de rotatividade (Turnover) 0,99% a.a.

HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)* Não aplicável

Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

* A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação. ii. Análise de Permanência no Plano de Saúde. A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da Companhia. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano. iii. Composição familiar. Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da NAV Brasil, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria. A movimentação

das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(80.911)	—
Custo do serviço corrente	(3.033)	(3.349)
Custo de juros	—	—
Serviço passado - ganhos/(perdas) de alterações/reduções	—	(80.911)
Ganhos/(perdas) atuariais	(13.587)	(13.820)
Benefícios pagos	16.976	17.169
Saldo no final do exercício	(80.555)	(80.911)

20. Partes relacionadas: Plano de Previdência Privada Patrocinado. Conforme nota explicativa 19, o Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar a previdência pública e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social. **Remuneração da administração:** As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

	2022	2021
Diretoria		
Maior Remuneração:	28.371	28.371
Remuneração Média:	25.199	26.250
Menor Remuneração:	18.914	25.190

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 2.843,73. Em 30/06/2021, a Assembleia Geral de Constituição aprovou o Estatuto Social da NAV Brasil a criação do Comitê de Auditoria Estatutária - COAUD, em atendimento a Lei nº 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do COAUD foi fixada em R\$ 5.687,47. **Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** Conforme nota explicativa 22, a Companhia mantém o montante de R\$ 27.348 (R\$ 32.038 em 31.12.2021) que se referem a bens recebidos da União (acionista majoritária) em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências e contabilizados em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. **Transações com a Infraero:** A NAV Brasil mantém transações com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública sob controle comum (União), referente a prestação de serviços e reembolso de algumas despesas. Essas transações estão previstas na Lei de criação da NAV Brasil (Lei 13.903/2019); Art. 19. A Infraero poderá prestar apoio técnico e administrativo à NAV Brasil, nos termos estabelecidos em contrato. § 1º A autorização de que trata o caput deste artigo terá validade pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de constituição da NAV Brasil. § 2º A prestação de apoio técnico e administrativo prevista neste artigo será remunerada de modo a suportar exclusivamente os custos envolvidos. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dessas transações foram os seguintes: Ativo R\$ 0; Passivo R\$ 4.506; e Despesa R\$ 29.486. **Transações com o Comando da Aeronáutica:** Conforme nota explicativa 06, o COMAER, por intermédio do Decea, é responsável pelo faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea disponibilizados pela NAV Brasil no âmbito do Sisceab e remunerados pelas Tarifas de Navegação Aérea, bem como pelo repasse de lais receltas a esta Companhia, conforme o disposto na Portaria DECEA nº 326/ATAN3, 12/07/2022, publicada no Diário Oficial da União (Seção I) nº 135, de 19/07/2022, que dispõe sobre a sistemática para a cobrança dos preços referentes às Tarifas de Navegação Aérea, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.009, de 26/12/1973, que trata, entre outros assuntos, sobre a utilização e a exploração das facilidades à navegação aérea. Conforme nota explicativa 14, a NAV Brasil mantém registrado o montante de R\$115 relativo à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Companhia sobre imóveis de propriedade da União, que serão repassados ao COMAER. **21. Informações por segmentos operacionais:** A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero. Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retrada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

21. Informações por segmentos operacionais:

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "navegação aérea" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **22. Recursos da União recebidos em transação não formalizada:** A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/29D4-C3C7-856E-C740> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 29D4-C3C7-856E-C740



Hash do Documento

A3932D6A352463B172D278597BE3B56EB3D7B8CB92B4725E183F34D21AA42EC5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 24/03/2023 03:12 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

